

INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59.500.000274/2017-67

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 35-2017

OBJETO: Seleção para ocupação de 299 (duzentas e noventa e nove) unidades parcelares familiares no Projeto de Irrigação Pontal, no município de Petrolina-PE, para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais.

RECORRENTE: ADALBERTO VITORINO DA SILVA

MOTIVO DA INABILITAÇÃO: Inabilitado devido por insuficiência na experiência , sem plano de exploração agrícola e SERASA.

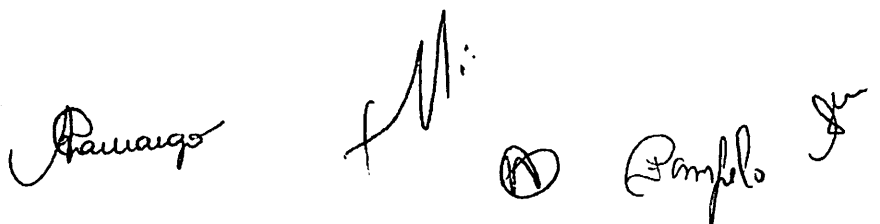
ALEGAÇÃO ATUAL: Impugnação ao resultado do recurso administrativo. O resultado da Comissão do Edital nº 35/2017 afirma que o recorrente não apresentou o seu Plano de Experiência Agrícola, Certidão do SERASA e não comprovava experiência agrícola.

CONCEITOS E FUNDAMENTOS ADOTADOS:

• DA TEMPESTIVIDADE E DOS PRAZOS

O recurso interposto pelo recorrente teve sua tempestividade e a regularidade acatada considerando que o resultado foi publicado em 26.07.2018 e o Edital previa a apresentação de recursos em 5 (cinco) dias úteis, ou seja desde 27/07/2018 até o dia 02/08/2018, prazo obedecido.

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.



O inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Assim sendo a comissão acatou os diversos "modelos" de recursos, já que havia os pressupostos formais previstos.

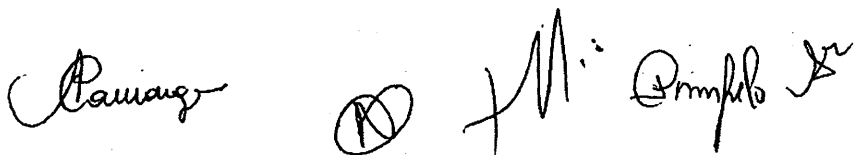
• CONCEITOS E DEFINIÇÕES:

Os seguintes conceitos nortearam as análises e as conclusões da comissão, todos definidos por Direitos e legislação citados neste tratado:

- a) *O prazo de cinco dias úteis para os licitantes apresentarem recursos iniciou-se no dia 27/07/2018 e terminou no dia 02/08/2018;*
- b) *O prazo de análise da comissão iniciou-se no dia 03/08/2018 e foi até o dia 09/08/2018;*
- c) *A comissão acatou a reemissão das certidões de regularidade fiscal devido a diversidade de opções que induziram a erros nos sítios emissores;*
- d) *A comissão acatou a remissão dos nada consta do SERASA, devido a interpretação da semelhança com o SPC, e que existe uma dificuldade natural de disponibilização destes documentos por entidades não conveniadas ou contratos com o SERASA;*
- e) *Declarações em CTPS, desde que comprovem a efetiva experiência e não apenas o cargo, declarações de Sindicatos, Empregadores com CNPJ ou CEI, Assistência Técnica, Cartórios ou órgãos oficiais. As declarações de CTPS que falam dos cargos (agrônomos, técnicos ou outros) devem ser ratificadas com declarações dos empregadores ou dos órgãos citados contabilizando o período e as experiências das tarefas executadas.*

A falta de comprovação das experiências foi o fator inabilitante do recorrente, já que foi constatado que o Plano de Exploração Agrícola havia sido entregue. Mas revendo este plano na folha 19/21 constatava-se que o mesmo programou a exploração de apenas 3,00 há. de um total de 6,0 hectares previsto para os lotes, valor abaixo dos 60% obrigatórios, previsto em Lei e referenciado no Edital nº 35/2017, **estando neste momento com mais um fator inabilitante**. A certidão do SERASA foi acatada em sua remissão.

ANÁLISE FINAL

The block contains three handwritten signatures and a circular stamp. The first signature on the left is 'Pauang'. The middle signature is a stylized 'M'. The third signature on the right is 'Ornifelo Jr'. There is a circular stamp with some illegible text inside, located between the first and second signatures.


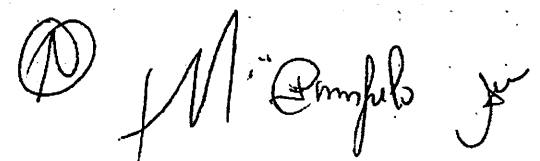
ADALBERTO VITORINO DA SILVA, DOC. N° 411/2018, INSCRIÇÃO N.º 2661 E CLASSIFICAÇÃO N.º 406, inabilitado devido por insuficiência na experiência, sem plano de exploração agrícola e SERASA.

Analizando seu Recurso Administrativo e revendo sua documentação emitida, anexa ao processo 59.530.000967/ 2018 -83 – volume LXIX (69), constatamos FOI ANEXADO NA SUA DOCUMENTAÇÃO O Plano de Exploração Agrícola, acatamos ao seu recurso o doc. do SERASA, mas quanto a experiência não comprova conforme informado no ato da inscrição. Sendo assim optamos pelo seu **indeferimento.**

NOME	DATA RECURSO	PROTOCOLO:	
ADALBERTO VITORINO DA SILVA	27/07/2018	Doc. 411/2018	INDEFERIR

O Extrato de sua ficha de Inscrição (anexo) demonstra que o recorrente declarou que tinha mais de 07 anos de experiência irrigável, mais de 09 anos de experiência de sequeiro e sem gerenciamento. A documentação que entregou no invólucro nº 1, em sua página 13/21 é um CCIR do INCRA onde cita a Propriedade de 38,7860 hectares do sítio Marizinho –Lote 115, subárea 02 – gleba Espinheiro. – Não há nenhuma referência às explorações agrícolas desta área, **comprovou apenas a propriedade.** À página 15/24 é uma Declaração, sem timbre, sem CNPJ ou outro recurso que comprove a oficialidade do documento. Foi assinado **por um Presidente de Associação, sem especificar qual Associação.** Este documento afirma que o Senhor Adalberto “...foi posseiro do lote 014, na ilha do Pontal, no município de Lagoa Grande, **não fazendo mais parte do quadro de posseiro desde 2004, não possuindo atividades produtivas... (g.n)**”

Ora, o recorrente provou apenas a posse (propriedade) de um minifúndio. Não há referencias a exploração que porventura tinha realizado, tampouco existe quaisquer outro documento que prove as experiências que possua. Como afirmava ter >7 anos de experiência em irrigação, >9 anos de Sequeiro.

Baranga  

Diz o Edital:

h) Comprovante da experiência em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição, através de cópia da Carteira de Trabalho e/ou Declaração de Empresa de Assistência Técnica pública ou privada (grifei), Empresa Agrícola pública ou privada e/ou Sindicato de Trabalhadores ou Produtores Rurais, assumindo toda responsabilidade perante a lei, de que as informações são verdadeiras, considerando as pontuações detalhadas no Anexo IV deste Edital.

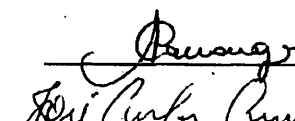
Ocorreu que os licitantes não atentam para o apelo editalício que fala que as comprovações das experiências informadas na ficha de inscrição (Comprovante da experiência em agricultura irrigada, sequeiro, informada na ficha de inscrição).

No caso específico do recorrente **ADALBERTO VITORINO DA SILVA**, a comissão NÃO VISLUMBROU NENHUM DOCUMENTO QUE PROVE AS EXPERIÊNCIAS DECLARADAS O QUE DETERMINOU SUA INABILITAÇÃO

ANEXO – FICHA DE INSCRIÇÃO E CÓPIAS DAS PAGINAS CITADAS..

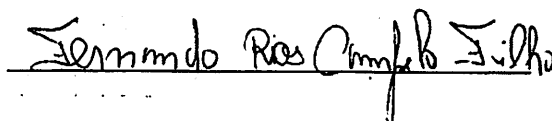
PARECER ATUAL DA COMISSÃO:

A comissão reitera nesta data o indeferimento do recurso do solicitante, consequentemente permanece o mesmo inabilitado.



José Carlos Rinaldo de Silva

João Lucas S. Faria



Petrolina, 26 de Setembro de 2018


Franklin Delano Leite Gurgel

COMISSÃO EDITAL 35/2017.



Cia.de Desenvolvimento do Vale do Sao Francisco
CLASSIFICACAO DE CANDIDATOS
PROJETO PONTAL - PETROLINA PE - 600000
FICHA DE CANDIDATO

Pagina: 2567
Data...: 02/07/18

Candidato.: 2661 - ADALBERTO VITORINO DA SILVA
Apelido....:
Nascimento: 10/04/48 Estado Civil: C - Casado
Identidade: 7544193 Tipo: CART. IDENT. CPF: 052.630.264-04
Sexo.....: M - Masculino

Naturalidade: SERRA TALHADA UF: PE

End. resid...: SITIO MARIZINHO

Bairro.....: - CRISTALIA Mun.: PE040- PETROLINA
CEP: - UF: PE

Profissao....: APOSENTADO

Local de trabalho:

Conjuge: MARIA ELOISA DA SILVA

Pai.....: ANTONIO VITORINO DA SILVA
Mae.....: MARIA OLINDINA DA CONCEICAO

DEPENDENTES -> Filhos: 0 Filhas: 0 Outros:

Grau de instrucao: F - Superior completo

CONDICOES ECONOMICAS

Possui--> Imoveis: S Tipo.....: R - Rural
Situacao de residencia: P - Proprio

Semoventes.....: NAO
Animais de servico: NAO
Maquinas agricolas: NAO

REFERENCIA BANCARIA

Banco 1: 87999690316 Banco 2:

Renda Mensal: > 5 salarios minimo

Obtem credito rural: Lavoura, Pecuaria, Outras ativ.
NAO NAO NAO NAO

Banco.....:

CAPAC. ADMINISTRATIVA --> C/ Propriet rio.: Nao tem
C/ Administrador: Nao tem

EXPERIENCIA AGROPECUARIA -----

	AREA (ha)	TEMPO
IRRIGACAO:	1,0000	> 7 anos
SEQUEIRO :	1,0000	> 9 anos

PONTUACAO : 430.140.090.0.100.9.00

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

13/24



DADOS DO IMÓVEL RURAL

PAG.: 1/1

DADOS DO TITULAR DO IMÓVEL RURAL (DECLARANTE)

DADOS DE CONTROLE

TAXA DE SERVICOS CADASTRAIS (R\$)

DEBÍTO ANTERIORES	0,00	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS	27,23	VALOR COBRADO	27,23	MULTA	2,72	JUROS	0,27	VALOR TOTAL	30,22
-------------------	------	-----------------------------	-------	---------------	-------	-------	------	-------	------	-------------	-------

OBSERVAÇÕES

Format 012661

50530. C 101367/12.83

ESCLARECIMENTOS GERAIS

- [illegible]

TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS

- [illegible]

CARIADO DA RECEBEDORA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Número de Autenticidade
09550.16550.08181.04112

VIA BO TRIULAR

RUBRICA DO RESPONSÁVEL

DADOS DO TITULAR DO IMÓVEL RURAL (DECLARANTE)					CARREGO DA RECEBEDORA						
NOME ADALBERTO VITORINO DA SILVA			CPF/CNPJ 052.630.264-04	CÓDIGO DA PESSOA 06.367.179-4							
CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL 950.149.125.644-5	NÚMERO DO CCIR 16102691149	DATA DE LANÇAMENTO 01/12/2014	DATA DE GERAÇÃO DO CCIR 26/02/2015	DATA DE VENCIMENTO 28/02/2015							
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS (R\$)											
DÉBITOS ANTERIORES	0,00	TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS	27,23	VALOR COBRADO	27,23	MULTA	2,72	JUROS	0,27	VALOR TOTAL	30,22

SENHOR CAIXA:

O RECEBIMENTO DESTA DOCUMENTO É PRERROGATIVA EXCLUSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. LOTÉRICAS, QUIQUES DOS PONTOS DE VENDA, INTERNET BANKING, AUTO-ATENDIMENTO E CAIXA AQUI, NÃO RECEBER ESTE DOCUMENTO APÓS O VENCIMENTO.

BIBLIOTECA DO RESPONSÁVEL

858400000000 302202822015 502281610264 91149000000C5



ALIMENTAÇÃO MECÂNICA

Número de Autenticidade
09550.16550.08181.04112

Empfänger: *Adolf*

15/12/18

Declaração

Folha 012663

56395.00007/18.88

PROTESTADO

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que o Srº **Adalberto Vitorino da Silva** foi posseiro do lote 014, na Ilha do Pontal no município de Lagoa Grande, não fazendo mais parte do quadro de posseiro desde 2004, não possuindo nenhum vínculo com a atividades produtivas desta comunidade.

Lagoa Grande, 05 de Junho de 2018.

RECONHECIDO

Ivando Avelino Gomes
Presidente da Associação



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS DE LAGOA GRANDE

RUA SENADOR MARCOS FIDELIS, 40 - CENTRO - CEP: 56395-000 - LAGOA GRANDE - PE - TEL: (97) 3369-9754

RECONHECIDO POR SOBSCRITAÇÃO À ATUAÇÃO REGISTRADA DE

IVANDO AVELINO GOMES
QUE CONTÉM O L. 1.407/60, REG. 1.407/60. DO T.º
LAGOA GRANDE, 12 DE JUNHO DE 2018.

LA. 1.407/60
Sobscrito por IVANDO AVELINO GOMES

Valor total de R\$ 1,00

Valor cobrado de R\$ 1,00. Valor cobrado de R\$ 1,00.

LM

2.º de Junho de 2018

D *Camargo* *Amplab* *Bilr*

MODELO DE PLANO DE EXPLORAÇÃO
AGRÍCOLA/AGROPECUÁRIA/AGROINDUSTRIAL
PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO PONTAL

Concorrente:
CPF:

1) Preparo da área (Desmatamento, limpeza, correção de solos, aração, gradagem etc.)

Desmatamento/limpeza (30) R\$ 2452,11

ARAÇÃO, GRADAGEM (30) R\$ 6.101,53

Total R\$ 8.553,64

Folha nº 012669

2) Equipamentos de irrigação

MA. Gotejamento R\$ 8.500,00

Equip. de Microaspersão R\$ 16.883,20

Total R\$ 25.383,20

59530.000274/18.83

PROTÓCOLO

3) Instalações (casas, galpões, etc.)

CASA R\$ 25498,31

GALPÃO R\$ 20121,17

Total R\$ 45.619,48

4) Máquinas e equipamentos

PULVERIZADOR R\$ 48098,38

CARROÇA ANIMAL R\$ 5.608,15

Total R\$ 53.706,53

5) Cultura M	Área ha	Ano I		Ano II		Ano III		Ano IV	
		Área	R\$	Área	R\$	Área	R\$	Área	R\$
Melancia	1,0	1,0	7.480,00						
Banana	1,0	1,0	16.220,00	1,73	11.20				
Cebola	1,0	1,0	11.317,15						
TOTAL	3,0	3,0	35.017,15	1,73	11,20				

6) Outros investimentos (especificar):

①

Pauvato

Ampliação

Do Presidente da Comissão da DECISÃO 030/2018 – Em 26/09/2018.

A 3ª AJ

Anexamos INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL para análise e parecer desta Assessoria.


Franklin Delano Leite Gurgel
COMISSÃO DECISÃO 030/2018

Despacho**Data:** 26/09/2018**Origem:** Presidente da Comissão Decisão nº 030/2018**Referência:** Doc. 846/2018**Assunto:** Impugnação ao resultado do recurso administrativo – Adalberto Vitorino da Silva

À PR,

Senhor Presidente,

Trata-se de representação (art. 103, II, da Lei 8.666/93) contra a decisão a Comissão de Julgamento do processo licitatório do Projeto Pontal - Edital nº 35/2017 que negou provimento ao recurso interposto pelo licitante contra a sua inabilitação no certame. Basicamente, o licitante reitera suas razões recursais.

A Comissão de Julgamento, em suas “informações para instrução processual” reprisam as razões de decidir do recurso anteriormente interposto, que já foram objeto do Parecer Jurídico nº 329/2018, constante às fls. 3251/3253 do Processo Administrativo nº 59500.000274/2017-67 (processo principal), e que concluiu *que a comissão de julgamento observou os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, nos exatos termos do art. 3º da Lei 8.666/93.*

Em sendo assim, ratifica-se mais uma vez que a decisão da comissão de julgamento foi escoreita, razão pela qual esta 3ª AJ recomenda seja negado provimento à representação apresentada.


Paulo Vasconcelos Filho

Chefe da 3ª/AJ

Decisão nº 704/2015

